

ELEIÇÃO 2010

# PMDB quer reeleger Temer para definir logo com o PT

A direção peemedebista tem pressão na definição do vice da chapa de Dilma Rousseff

O PMDB quer definir esta semana uma chapa de consenso para a escolha da nova executiva da legenda, no dia 6 de fevereiro, com o presidente Michel Temer (PMDB-SP) reeleito presidente do partido. Os peemedebistas vão tentar lançar chapa única encabeçada por Temer para fortalecer o seu nome na indicação à vice-presidência da República na chapa da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) - pré-candidata do PT ao Palácio do Planalto.

Os peemedebistas admitem que a recondução de Temer à presidência do partido fortalece o seu nome para a futura indicação à vice-presidência. Temer conquistou o apoio de grande parte da legenda, incluindo a ala peemedebista no Senado - que no passado tinha resistências ao grupo liderado pelo presidente da Câmara.

“O partido está unido. A candidatura do Michel é mais que pessoal, é institucional, do presidente do partido. Você tem um elemento a mais, bota o presidente do partido em posição de destaque”, disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Jucá disse que o objetivo da legenda, ao aprovar uma chapa consensual para o seu comando, é mostrar que tem



Com a reeleição de Michel Temer, os peemedebistas avaliam que terão mais força

unidade para fazer uma composição nacional com o PT e outros partidos aliados em torno da candidatura de Dilma. “Sem dúvida a reeleição do Michel, com o apoio da ampla maioria, é mais um ponto favorável na capitalização dessa capitalização institucional do PMDB”, disse.

Com a reeleição consensual de Temer, os peemedebistas avaliam que terão mais força para apresentar o seu nome como única opção do PMDB à vice-presidência - sem que outros nomes da legenda sejam

colocados à escolha do PT. “Hoje, o PMDB tem um nome que representa o partido que é o Michel. Não há outro nome colocado”, disse Jucá.

A ideia dos peemedebistas é aclamar Temer em junho, durante convenção nacional do partido, como o vice de Dilma. Jucá disse que Temer, ao lado da ministra, terá autonomia para representar o PMDB em todos os Estados do país. “Em qualquer rincão do país, o presidente estadual do PMDB, o líder do partido do município vai ver no Te-

mer o presidente do partido. Isso é uma força a mais.”

As articulações do grupo pró-Temer, porém, não são unanimidade dentro do PMDB. O grupo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) lançou o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), como pré-candidato do partido à presidência da República. A expectativa é que os peemedebistas contrários à aliança com Dilma aproveitem a reunião do diretório nacional para protestar contra a aliança com o PT.

## CIDADANIA

### Marcelo Reis presta assistência a estudantes

O vereador de Porto Velho, Marcelo Reis (PV), tem demonstrado preocupação para com a educação das comunidades de baixa renda do bairro Três Marias e da região do baixo Madeira. Por conta disso, promoveu a distribuição de kits escolares a estudantes do Ensino Fundamental. Ele patrocinou fotografias 3x4 a de mais de 300 alunos de São Carlos, Rio Jamari, Terra Caída e região e pretende manter esse trabalho de assistencialismo até o início do ano letivo nas escolas municipais e estaduais das localidades de Nazaré, Santa Catarina e Calama.

Como é exigência do Ministério da Educação (MEC) para que todos os estudantes do país tenham a própria fotografia na pasta escolar, Marcelo Reis disse que, como não existe laboratório fotográfico nos distritos e localidades do baixo Madeira, resolveu levar um fotógrafo às localidades e fazer as fotos dos alunos.

#### Economia de R\$ 100

O vereador, que é jorna-



Estudantes de São Carlos recebem e agradecem a Marcelo Reis

lista e apresentador de televisão, disse que para se deslocar até Porto Velho e fazer a fotografia 3x4 o pai ou mãe do aluno do baixo Madeira terá que desembolsar no mínimo R\$ 100,00 (cem reais). “A passagem de bar-

co custa R\$ 50,00 ida e volta, o pai não vai mandar o filho pequeno sozinho? Ele precisa vir junto. Então são R\$ 100,00 só de passagem e mais a despesa de alimentação, o preço da fotografia e transporte coletivo nas ruas

da cidade. Sai caro. Essa despesa o morador de São Carlos, Calama, Nazaré e Santa Catarina não vai ter mais”, disse o vereador, satisfeito com a ação de cidadania e apoio que teve de professores e direção das escolas.

## PROJETO

### Demóstenes quer maior exigência a condicional

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) quer impedir o presidiário responsável por falta grave de continuar contando tempo, no presídio, para o benefício do livramento condicional. O senador diz que, expressamente, a lei não prevê hoje nenhum ônus nessa contagem de tempo para o condenado que cometer falta grave na prisão.

Na justificativa do projeto (PLS 51/09), Demóstenes enumera as sete faltas graves previstas na Lei de Execução Penal: fugir; incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; possuir indevidamente instrumento capaz de ofen-

der a integridade física de outro; provocar acidente de trabalho; descumprir, no regime aberto, as condições impostas; não observar determinados deveres; e possuir, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar.

Demóstenes também afirma que as penalidades pelo cometimento dessas faltas são muitas, a fim de inibir futuras práticas ilícitas e orientar a individualização da pena. Ele diz que o condenado perde, por exemplo, todos os dias remidos, obtidos com o trabalho no sistema penitenciário, regride de regime prisional na execução de sua

pena e pode perder o direito a eventual indulto, concedido por decreto presidencial.

- Porém, a lei não prevê expressamente nenhum grave quanto à obtenção do livramento condicional, na hipótese de cometimento de falta grave. Em outras palavras, o condenado pode incidir em uma daquelas condutas ilícitas previstas na Lei de Execução Penal e, mesmo assim, alcançar o referido benefício em curto espaço de tempo, conquistando a liberdade, embora tenha demonstrado a sua não-readaptação ao convívio social.

O que Demóstenes Tor-

res deseja com esse projeto é que, ocorrendo falta grave, o período cumprido até então pelo presidiário para obter livramento condicional será desconsiderado, começando tudo da estaca zero.

- Essa solução, já adotada em várias decisões judiciais e que apenas quero formalizar, é perfeitamente coerente com o espírito e a sistemática das normas da execução penal.

Distribuído ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto aguarda parecer, a fim de ser votado, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Informe Amazônia

politica@diariodaamazonia.com.br

### Justiça esclarece hoje sobre plebiscito em Extrema

O juiz eleitoral Sérgio Willian Domingues Teixeira, da 24ª Zona Eleitoral de Porto Velho, vai explicar na tarde desta terça-feira (26) de que forma acontecerá e como será conduzido o Plebiscito sobre Ponta do Abunã, confirmado para acontecer no dia 28 de fevereiro e que contará com a participação do eleitorado da Capital. O conversará com a imprensa, em entrevista coletiva, a partir das 15 horas, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em Porto Velho. O plebiscito visa consultar toda a população de Porto Velho se é favorável ou não à criação do município de Extrema de Rondônia, com o desmembramento dos distritos de Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã e Extrema, todos pertencentes à Capital. A região desses distritos é conhecida como Ponta do Abunã e abriga 7.786 eleitores. A proposta de emancipação será considerada aprovada se obtiver o voto favorável da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas.

#### Projetos polêmicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal pode iniciar os trabalhos de 2010 votando um dos projetos mais polêmicos em tramitação no colegiado no último ano. Trata-se de proposta que proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público. A proibição ao fumo no Brasil já está prevista na Lei 9.294/96, que admite, atualmente, o uso desses produtos “em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente”, os chamados fumódromos. Mas o projeto, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), acaba com essas áreas.

#### Lista telefônica

A antiquada lista telefônica de endereço comercial virou portátil e prática agenda dentro do celular. No site Agecel (www.agecel.com) é possível instalar gratuitamente no aparelho a lista telefônica comercial segmentada de qualquer cidade do Brasil. O download do aplicativo ainda pode ser feito via WAP ou Bluetooth, e ocupa o espaço de uma simples foto dentro do aparelho, permitindo o uso off line na hora que se quiser e sem custo para o usuário.

#### Descriminalizar

O deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer descriminalizar o transporte de produtos de origem vegetal (como madeira, lenha e carvão) sem a documentação exigida por lei. Ele apresentou projeto de lei nesse sentido e a Câmara Federal já está analisando a matéria. Atualmente, essa conduta está sujeita à pena de detenção de seis meses a um ano e multa. Conforme o projeto, a punição ficaria restrita à multa. O texto altera a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). Para o autor, é inaceitável estabelecer sanções na esfera penal para uma irregularidade essencialmente administrativa.

#### Exploração mineral

Vedar a autorização para pesquisa e lavra de minérios a empresas que já detenham alvarás para operar, com a mesma substância mineral, em 50 ou mais áreas, ou em área total de dois mil hectares ou mais, prevalecendo o que for menor, é que pretende o Carlos Brandão (PSDB-MA), através de projeto de lei que já está tramitando na Câmara Federal. A proibição pretendida abrange firmas individuais, grupos de sócios e também empresas de parentes até o terceiro grau. Segundo o autor do projeto, é preciso limitar a extensão das áreas de mineração concedidas à mesma empresa ou grupo econômico.

#### Primeira sessão do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) volta a se reunir nesta terça-feira (26), às 9h, em

Brasília, na primeira sessão plenária do ano, que contém 47 itens na pauta de votação. Entre os assuntos a serem discutidos está a proposta de Recomendação do CNJ para que os Tribunais editem ato normativo que regulamente a possibilidade de protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa. A medida visa a redução dos conflitos perante os órgãos judiciais, além de contribuir para a diminuição do número de execuções fiscais ajuizadas.

#### Meta 2

O prazo final para que os Tribunais de todo o país apresentem ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o relatório final de cumprimento da Meta 2 estabelecida pelo Poder Judiciário, em fevereiro do ano passado, durante o Encontro Nacional com magistrados brasileiros, termina na próxima sexta-feira (29). A meta prevê o julgamento de todos os processos distribuídos antes de 31 de dezembro de 2005. No mesmo prazo, os Tribunais também deverão apresentar ao CNJ os processos que ficaram pendentes e a justificativa para o não julgamento. Os números finais sobre o cumprimento da Meta 2 serão apresentados no dia 26 de fevereiro, durante o III Encontro Nacional do Judiciário, que será realizado em São Paulo.

#### Consumo de energia cresce

O consumo de energia elétrica cresceu 8,4% em dezembro do ano passado em todo o país, em comparação com o mesmo mês de 2008. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o crescimento forte foi puxado especialmente pela demanda residencial e comercial, que se manteve aquecida devido às medidas de estímulo do governo para combater a crise internacional. Assim, o consumo residencial cresceu 11,7% e o comercial, 13,4% em relação a dezembro de 2008. A demanda industrial registrou em dezembro a primeira alta do ano, com 6,6% de aumento, em função da base deprimida de comparação. No entanto, no acumulado de 2009, ainda é possível perceber os efeitos da crise. O ano teve queda de 1,1% em relação a 2008 no consumo total de energia elétrica.

#### Movimentos sociais

Os movimentos sociais devem apresentar plataforma com suas principais propostas aos candidatos à Presidência da República, nas eleições deste ano. Foi o que disse ontem um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), João Pedro Stédile. Em entrevista à imprensa no Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, Stédile explicou que os movimentos sociais não costumam fazer deliberações como os partidos políticos, no entanto, destacou que há uma “unidade” nas propostas. As centrais sindicais, citou, teriam se antecipado e decidido por uma plataforma conjunta, no último sábado.

#### ADVOCACIA CARLOS TRONCOSO, NAZA PEREIRA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C OAB/RO 020/1999

ASSISTÊNCIA JURÍDICA EMPRESARIAL E FAMILIAR. Direito Trabalhista, Reparação de Danos Materiais e Morais, Defesa Criminal, Liberdade Provisória, Habeas Corpus, Acidentes de Veículos, DPVAT, Seguro Obrigatório, Consultoria SFH, Concursos Públicos, Liminares, Mandatos de Segurança, Família, Alimentos, Inventários, Processos Administrativos Disciplinares, SPC, SERASA, Defesa do Consumidor, Renegociação de Dívidas com Bancos e Cartões de Crédito, Indenizações. PRIMEIRO ATENDIMENTO IMEDIATO, das 8 às 17 horas.

Av. Carlos Gomes, nº 969, 1º Andar, Centro, CEP. 78900-030  
Porto Velho-RO, E-mail: juridico@enter-net.com.br  
Fone/Fax (69) 3221-0431 **Emergências (69) 9245-4851/9982-9336**

